

Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos: Um Olhar sobre a DVA

THUINE LOPES CARDOSO

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

LUIZ FELIPE FERREIRA

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

LUCIANA MALAGOTTI

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

JOANA LOHN

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo

Recentemente, a preocupação com assuntos sociais, ambientais e econômicos vem ganhando espaço no contexto empresarial. Essa preocupação levou as organizações a aumentar suas práticas sustentáveis e divulgar informações a respeito das mesmas, uma vez que seus consumidores passaram a buscar empresas responsáveis ambientalmente. Neste contexto, a contabilidade vem para dar suporte a tomada de decisão e auxiliar nas ações das empresas, pois as mesmas passaram a considerar aspectos socioambientais nas decisões que afetam seu lucro e desempenho. Para suprir a necessidade de informação quanto a estes assuntos foi elaborada a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que evidencia a formação e distribuição da riqueza criada, permitindo assim uma avaliação das empresas formadoras da sociedade que contribuem para geração de riqueza do país. Da mesma forma, também, foi desenvolvido o Relatório de Sustentabilidade como ferramenta de comunicação do desempenho empresarial. O objetivo desta pesquisa é analisar a distribuição de riqueza aos agentes econômicos de diferentes setores, no exercício de 2013, sobretudo em relação ao governo. Neste estudo, foram analisados 18 setores da economia brasileira do exercício de 2013, sendo identificadas em cada setor as 5 primeiras empresas listadas na BM&FBOVESPA apresentada pela revista Exame – Maiores e Melhores. Por meio desse critério obteve-se uma amostra de 63 empresas para a coleta de dados. Com esta pesquisa, verificou-se que o grupo que mais obteve destinação das empresas analisadas foi o de “Impostos, Taxas e Contribuições” e que os setores de Telecomunicações, Energia e a Indústria Digital foram os que mais distribuíram valor ao governo e os setores que menos distribuíram foram: o Farmacêutico e setor de Indústria da Construção.

Palavras chave: Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Relatório de Sustentabilidade, Governo.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos objetos que vem ganhando importância no âmbito empresarial, é a preocupação com os aspectos sociais, ambientais e econômicos entre as entidades. Isso porque, a degradação ambiental aumentou significativamente fazendo com que as pessoas e organizações mudem seu comportamento (GASPARINO E RIBEIRO, 2007).

Essa mudança de comportamento e as ações das entidades, em que são considerados aspectos sociais, ambientais e econômicos, acabam gerando vantagem competitiva frente a seus concorrentes, pois os consumidores estão cada vez mais procurando serviços, produtos e práticas conscientes e sustentáveis. Em virtude disso, houve um aumento na necessidade de informações mais amplas e minuciosas, capazes de fornecer aspectos imprescindíveis para apoiar na decisão de qualquer usuário dessas informações.

Assim, a contabilidade surge como um importante suporte à tomada de decisão que abrange questões sociais, ambientais e econômicas. Isso porque a contabilidade fornece informações sobre diversas esferas, tanto sobre aspectos financeiros como sociais, permitindo, dessa forma, que as empresas consigam atender a necessidade de informações de seus usuários internos e externos com informações mais precisas e completas.

Neste contexto, como forma de oferecer maiores informações sobre a situação atual da empresa, contribuindo com a transparência da mesma, a Lei 11.638/07 torna-se essencial. Esta lei, além de convergir às normas brasileiras aos pronunciamentos internacionais, a Lei modificou a forma de apresentação de certas Demonstrações Contábeis, substituiu a Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e tornou obrigatória, somente para as companhias abertas, a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (LONGO, 2011).

Para satisfazer a demanda por informações, há a necessidade de ter uma demonstração econômico-financeira que propicie transparência e compreensibilidade para seus usuários, surgindo assim, a DVA. Essa demonstração de acordo com Cosenza (2003), visa informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de valor para a entidade e o consequente rateio desse valor entre esses mesmos agentes econômicos.

A Demonstração do Valor Adicionado é um dos relatórios que tem o intuito de fornecer informações sobre o valor gerado pelas organizações a partir de sua atividade operacional e evidenciar, também, a repartição aos segmentos beneficiários como: empregados, governo, financiadores, entre outros (TINOCO ET AL., 2011). Isso permite uma melhor visualização das organizações por parte dos seus usuários diretos assim como da própria sociedade, se configurando como informação de aspecto econômico e social.

Para maior transparência, surgiu o Relatório de Sustentabilidade que retoma algumas informações evidenciadas na Demonstração do Valor Adicionado, principalmente como ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações, este contribuindo principalmente para a reflexão sobre os impactos ocasionados. Assim, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Como é feita a distribuição da riqueza gerada por diferentes setores da economia?

Para responder este questionamento, o objetivo deste estudo é analisar a distribuição de riqueza gerada por empresas de diferentes setores, no exercício de 2013, avaliando como estes distribuíram aos agentes econômicos, sobretudo para o governo. A pesquisa justifica-se na importância da investigação de retorno econômico e social para as principais partes interessadas na atividade das empresas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Relatório de Sustentabilidade

O atual cenário que a empresa se encontra fez com que a sociedade passasse a exigir mais daquelas, de forma a optar pela entidade que não fornece somente produtos ou serviços de melhor qualidade e menor preço, mas, também, por aquela que se preocupa com a comunidade em que estão inseridas. Isto ocorre, pois a sociedade reconhece que a vinda de bons resultados está atrelada aos impactos socioambientais causados pelas decisões e ações praticadas nas corporações. Assim, a busca pelo crescimento acompanhado do desenvolvimento por práticas sustentáveis tornou-se um diferencial para a competitividade das companhias.

Em virtude, dessa preocupação com práticas sustentáveis e aspectos sociais, percebeu-se uma mobilização internacional com pressão dos governos e *stakeholders*, entre outros aspectos, que levaram as organizações a se preocupar e aumentar suas práticas de responsabilidade corporativa e começar a divulgar suas informações (LENZEN, DEY E MURRAY, 2004).

Diante deste contexto, a contabilidade teve que adaptar-se de forma a considerar a questão ambiental em suas demonstrações, passando a desenvolver e incorporar, em seus conceitos e métodos, formas de registrar e mensurar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente (KRAEMER, 2001). Assim, surgem novos relatórios para auxiliar na evidenciação de informações para sociedade e para divulgar práticas sustentáveis, podendo gerar vantagem competitiva frente a seus concorrentes, uma vez que os clientes estão cada vez mais interessados e buscam por empresas com boas práticas e se preocupam com a sua Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

A responsabilidade social é exercida de diversas maneiras como, por exemplo, através de projetos filantrópicos e educacionais, de serviços sociais em geral, de planejamento e projetos com a comunidade e através do alinhamento dos interesses organizacionais com a preocupação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (GASPARINO E RIBEIRO, 2007). Para auxiliar na gestão da responsabilidade social das empresas, diversos modelos teóricos e ferramentas foram desenvolvidos. Os modelos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) orientam sobre esse “fenômeno” e auxiliam na compreensão do seu significado. Já as ferramentas orientam os gestores das organizações na construção e na gestão da responsabilidade social corporativa (CORTEZ, BELLEN E ZARO, 2014).

Gasparino e Ribeiro (2007) afirmam que entre as grandes empresas, basicamente as que são compostas por capital aberto, algumas já notaram a importância da divulgação da sua mobilização e preocupação para com o meio ambiente, seja para fins de credibilidade e confiabilidade para com os usuários internos e externos da organização ou seja para fins de vantagem competitiva diante do surgimento de um novo “grupo” de consumidores, os *green consumers*. Esses consumidores buscam apenas fazer o uso de produtos de empresas com reputação favorável quando se trata de aspectos ambientais. Assim, o crescente interesse pela certificação ambiental e pelas questões que envolvem o meio ambiente revela que o consumo “sustentável” não é apenas um modismo temporário, mas sim, uma tendência que se expande entre os setores, produtos e mercado (ZARO ET AL., 2014).

O Relatório de Sustentabilidade é uma forma de a empresa mostrar aos seus usuários as práticas de sustentabilidade feitas por ela, os impactos de sustentabilidade positivos e negativos bem como para obter informações que podem influenciar na política, estratégia e

nas operações da organização de uma forma contínua, tornando-se, assim, um importante instrumento de comunicação e gestão. O relatório também pode servir para auxiliar a empresa a conhecer melhor seus pontos fracos e a identificar oportunidades de melhorias.

Na elaboração de um relatório ambiental, as organizações, geralmente, tratam de questões como a identificação de problemas ou oportunidades em relação aos agentes reguladores, práticas e políticas de redução de custos ou desperdícios, entre outros processos adotados pela empresa (GASPARINO E RIBEIRO, 2007).

Inicialmente, os relatórios elaborados pelas empresas tratavam principalmente de questões ambientais, porém a publicação das diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* – GRI intensificou a divulgação de informações sobre as dimensões econômicas, social e ambiental (ELKINGTON, 2006).

Um Relatório de Sustentabilidade feito tendo como base um conjunto de materiais para orientação, como as do *Global Reporting Initiative* (GRI), é um diferencial importante para a análise da posição da empresa em seu mercado de atuação, além de ser um fator de valorização de suas ações, e as pessoas têm uma visão mais positiva da empresa quando percebem que a corporação se preocupa com o meio ambiente (GRI, 2012).

De acordo com as Diretrizes para relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI) (2002) o termo “relatório de sustentabilidade” é utilizado “como sinônimo de relatório de cidadania, balanço social ou outros termos que incorporem os aspectos econômico, social e ambiental do desempenho da organização”.

As diretrizes preparadas pela GRI preparam o conceito de relatório de sustentabilidade em termos de “desempenho econômico, ambiental e social (conhecido como *triple bottom line*, ou resultado triplo)”. Essas, também, demonstram um avanço no atendimento das demandas por informações das empresas. E para atender a essas demandas, o GRI continua trabalhando na homogeneização de relatórios, maximizando o valor dos mesmos e favorecendo os usuários (GASPARINO E RIBEIRO, 2007).

O GRI ainda evidencia a credibilidade dos relatórios afirmando que as partes interessadas esperam poder confiar no relatório de sustentabilidade da organização, que, por sua vez, deseja aumentar a credibilidade do mesmo. Relatórios consistentes contribuem para conquistar a confiança das partes interessadas e para melhorar os próprios sistemas e processos de sua elaboração.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

Frente à necessidade das entidades de divulgar informações, cada vez mais compreensíveis e transparentes, para dar suporte à tomada de decisão de diferentes usuários, surge a Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, de acordo com Cosenza e Vieira (2013) fornece uma visão abrangente sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza (no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio) e sobre a forma como se distribui essa riqueza entre os diversos fatores de produção (trabalho, capital próprio e de terceiros e governo).

Segundo o Pronunciamento Técnico - CPC 09 (2008), a Demonstração do Valor Adicionado deverá apresentar “informações relativas à riqueza criada pela entidade em um determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas”, assim, a DVA está relacionada com a geração de riquezas e sua respectiva distribuição detalhada.

A primeira parte da DVA contém os principais componentes de riquezas que são as receitas, insumos adquiridos de terceiros e valor adicionado recebido em transferência. Já em

sua segunda parte está contido a distribuição para o pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Para Iudícibus *et al.* (2010), as informações da DVA são importantes para:

- 1) analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição de riquezas de casa empresa;
- 2) permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- 3) permitir auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- 4) fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas e credores) e governo;
- 5) auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, Estado, país etc. em que se encontra instalada.

A DVA, de acordo com Cunha, Ribeiro e Santos (2005), permite que uma melhor avaliação das de empresas formadoras de uma sociedade possa ser feita, uma vez que os valores adicionados pelas empresas, calculados e evidenciados através da DVA, contribuem e fazem parte de toda a riqueza gerada pelo país. Esta demonstração, também evidencia a maneira como essa riqueza está sendo distribuída: por meio dos impostos pagos, dos dividendos, das remunerações aos trabalhadores, entre outras distribuições.

A DVA tornou-se obrigatória no Brasil, para as Companhias Abertas, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, que introduziu as alterações à Lei nº 6.404/76. Contudo, que ela não faz parte das demonstrações obrigatórias por parte das normas internacionais de contabilidade. Deve-se ressaltar a importância da elaboração e divulgação da mesma, que além de ser obrigatória no Brasil, serve como instrumento de informações relevantes e como uma ferramenta fundamental e eficiente para fins da tomada de decisões por parte dos usuários (TINOCO *ET AL.*, 2011).

Assim, neste contexto contemporâneo, com sede de informações e preocupações socioambientais, há um destaque na Lei 11.638/07, com a inclusão da DVA. De acordo com Konraht, Schäfer e Ferreira (2014), a DVA trouxe grandes avanços na divulgação de informações de caráter social, ao estabelecer para as Sociedades Anônimas de Capital Aberto a obrigação de elaborar e divulgar esta demonstração.

O presente estudo tem seu enfoque na evidenciação da Distribuição do Valor Adicionado, abordando principalmente a parcela destinada aos Impostos, Taxas e Contribuições na esfera Federal, Estadual e Municipal, por isso se faz necessário o entendimento da destinação da parcela da riqueza reservada ao governo. Contudo, almeja verificar se as constatações de Cunha, Ribeiro e Santos (2005) estão corretas, uma vez que tais autores afirmam que o governo “sempre fica com parte substancial da riqueza gerada”.

Mesmo não sendo um fator de produção, o governo tem participação marcante na geração de riqueza para as empresas, afinal, auxilia as atividades produtivas através de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e subvenções (COSENZA, 2003).

Para os governos, a DVA possibilita estudos comparativos em relação a carga tributária dos diversos segmentos, resultando em reformulações tributárias, através da avaliação dos setores com maior percentual de contribuição para a formação da receita.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classificou como exploratória, pois buscou aprofundar conhecimentos existentes sobre o assunto e proporcionar maior familiaridade com

o mesmo, esta pesquisa caracteriza-se também como documental, uma vez que faz o uso de dados já existentes contidos nas DVAs das empresas (GIL, 2010).

Quanto a abordagem metodológica, a pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, pois interpretou e analisou as informações das DVAs das empresas através do cálculo das médias e percentuais de distribuição (MARTINS E THEÓPHILO, 2009).

Os dados foram obtidos nas demonstrações contábeis das empresas, dessa forma foram utilizados dados secundários como fonte para a coleta de dados.

A pesquisa está dividida em:

(i) Estudo e elaboração de referencial teórico mediante o levantamento e análise bibliográfica;

(ii) Procedimento de coleta de dados de parte das Demonstrações do Valor Adicionado do exercício social de 2013 das 5 primeiras empresas listadas na BM&FBOVESPA da revista Exame, Maiores e Melhores por setor de julho de 2014, edição especial, pelo critério “Classificação das empresas por pontos obtidos”.

Para cada empresa seleciona que não apresentar as Demonstrações Contábeis consolidadas, será analisado suas Demonstrações Individuais.

O Tabela 1 evidencia as 5 primeiras empresas listadas na BM&FBOVESPA da revista Exame, Maiores e Melhores por setor, de julho de 2014, edição especial, pelo critério “Classificação das empresas por pontos obtidos”.

Tabela 1 Empresas selecionadas

SETOR	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
Atacado	Rafzen Combustíveis	Profarma	X	X	X
Autoindústria	Marcopolo	Randon	Embraer	Iochpe-Maxion	X
Bens de Capital	Weg Equipamentos	Schulz	Kepler Weber	Usiminas Mecânica	X
Bens de Consumo	Natura	Souza Cruz	M. Dias Branco	Marfrig	BRF
Eletroeletrônico	Whiripool	X	X	X	X
Energia	CPFL Paulista	Tradener	AES Tietê	Cemig GT	Ceg Rio
Farmacêutico	Hypermarcas	X	X	X	X
Indústria de Construção	Gafisa	Andrade Gutierrez	X	X	X
Indústria Digital	Totvs	Telemar Internet	Positivo Informática	X	X
Mineração	Mineração Usiminas	Vale	Magnesita	X	X
Papel e Celulose	Klabin	Suzano	Celulose Irani	Fibria	Santher
Química e Petroquímica	Braskem	Elekeiroz	X	X	X
Serviços	Cielo	Multiplus	Ecovias	AutoBan	Fleury
Siderurgia e Metalurgia	Gerdau Aços Longos	Paranapanema	Usiminas	Tupy	X
Telecomunicações	TIM	Oi	Telemar	Embratel TVSAT Telecom	X
Têxtil	Grendene	Hering	Arezzo	Alpargatas	Guararapes
Transporte	MRS	Tegma	JSL	Gol	X
Varejo	Lojas Americanas	Renner	RaiaDrogasil	Magazine Luiza	X

Fonte: Dados da pesquisa

(iii) Preenchimento da Tabela de distribuição do valor adicionado por setor, através da análise da Distribuição de riqueza (em percentual) para: Pessoal; Governo; Terceiros; Capital Próprio; e Outros.

(iv) Análise dos dados e resultados obtidos.

Para a coleta de dados nas Demonstrações do Valor adicionado do ano de 2013 foi acessado sítio eletrônico da BM&FBOVESPA, buscaram-se as demonstrações financeiras padronizadas inclusas nos relatórios financeiros das empresas listadas.

4. RESULTADOS

Por meio do critério estabelecido para limitação da amostra foram identificadas 63 empresas, entre os diferentes setores da economia brasileira. As Tabelas 2 e 3 representam a média, por setor do ano de 2013, da distribuição do valor agregado em cada grupo da DVA. A Tabela 2 representa a média em termos percentuais do total do valor a distribuir e a Tabela 3 representa a média efetiva do setor:

Tabela 2 Média de distribuição percentual do valor agregado por setor no ano de 2013.

Média % por setor	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios	Outros
Atacado	44,09%	24,82%	27,48%	3,61%	0%
Autoindústria	45,95%	22,96%	14,76%	16,33%	0%
Bens de Capital	37,87%	31,36%	20,28%	10,49%	0%
Bens de Consumo	22,91%	48,95%	18,81%	8,68%	0,65%
Eletroeletrônico	33,70%	24,58%	21,65%	19,87%	0,20%
Energia	8,48%	51,75%	15,69%	23,98%	0,09%
Farmacêutico	43,20%	-1,62%	44,49%	13,93%	0%
Indústria de Construção	11,89%	10,50%	26,40%	51,22%	0%
Indústria Digital	13,49%	50,28%	34,21%	2,02%	0%
Mineração	19,56%	38,36%	41,36%	-0,30%	1,01%
Papel e Celulose	23,44%	16,09%	66,42%	-6,03%	0,08%
Química e Petroquímica	15,10%	32,40%	43,72%	8,77%	0%
Serviços	10,80%	35,56%	11,02%	42,63%	0%
Siderurgia e Metalurgia	43,92%	25,63%	23,56%	0,59%	6,30%
Telecomunicações	10,95%	57,87%	25,41%	5,33%	0,45%
Têxtil	36,36%	30,92%	9,09%	22,84%	0,79%
Transporte	35,51%	26,75%	38,33%	-0,59%	0%
Varejo	28,46%	33,28%	28,20%	10,06%	0%
Média Total	27%	31%	28%	13%	1%

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 2, foi possível verificar que entre todos os grupos da DVA o que obteve maior montante destinado foi o de “Impostos, Taxas e Contribuições”, representado com 31% e um montante de R\$ 1.866.382. Porém, os grupos “Pessoal” e “Remuneração de Capitais de Terceiros” apresentaram, respectivamente, 27% e 28% da média de distribuição entre os 18 setores analisado, com valores de R\$ 1.052.807 e de R\$ 1.425.109, conforme apresentado na

Figura 1. Dessa forma, a parcela destinada ao Governo não representou um montante significativo, visto que a média total destinada variou apenas 4 e 3 pontos percentuais quando comparada com os dois grupos mencionados. A “Remuneração de Capitais de Terceiros” e “Outros”, apresentaram respectivamente 13% e 1% da média total distribuída.

Cabe ressaltar que, caso fosse excluído da amostra o setor Farmacêutico que agrega um valor negativo para o governo, com base nos dados coletados, a diferença em pontos percentuais aumentaria em relação a “Pessoal” e “Remuneração do Capital Próprio”, para 7 e 6 pontos percentuais respectivamente.

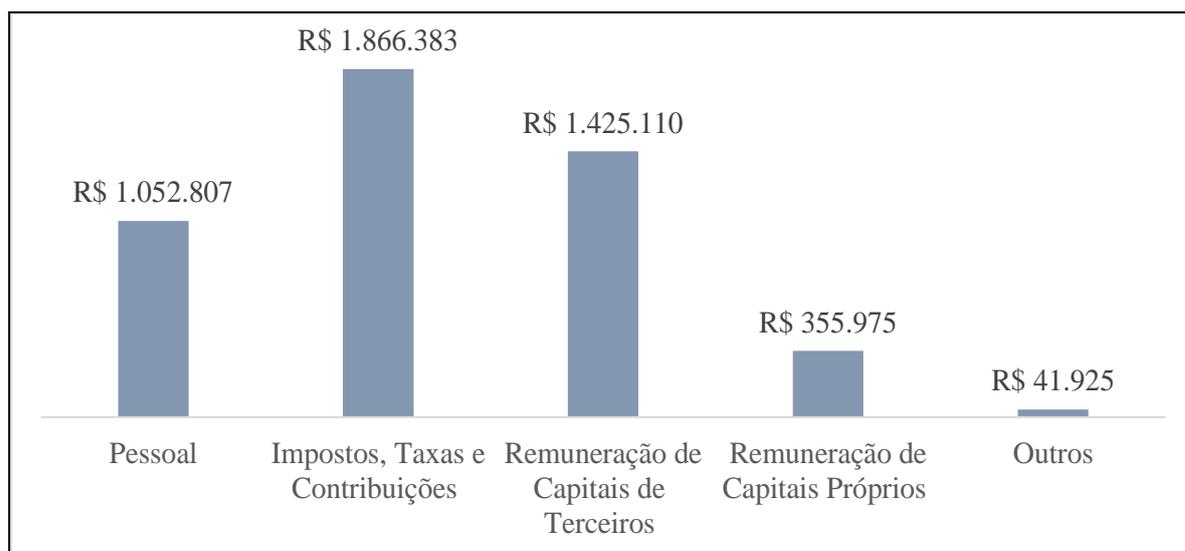


Figura 1 Média total da distribuição do valor adicionado

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere à análise setorial, a Tabela 3 mostra que no setor de Atacado, apenas duas das empresas selecionadas estão listadas na Bovespa. Neste setor, do total de valor agregado, a maior distribuição foi destinada para “Pessoal”. Pode ser observado, nesse setor, uma disparidade em relação ao valor monetário entre as duas empresas, enquanto a primeira agregou R\$ 1.744.873 a seus colaboradores a segunda destinou R\$ 133.204. No setor de Atacado, o percentual distribuído ao Governo foi de 24,82%, no entanto em uma empresa ficou em segundo lugar na classificação de maiores valores agregados.

Da mesma forma se comportou o setor da Autoindústria, onde o valor agregado ao “Pessoal” foi de 45,95%. Neste setor quatro empresas foram selecionadas através do critério definido, e apenas uma agregou valores proporcionalmente mais elevados em relação as demais, cerca de 200% maiores. Ao governo foi distribuído o segundo maior valor, em três empresas.

Na análise do setor de Bens de Capital, também foram selecionadas quatro empresas. Dessas, metade agregou em média 1,5 milhões de reais ao grupo “Pessoal”, e a outra metade agregou apenas em média 10% desse valor. Mesmo havendo uma grande diferença de distribuição, todas distribuíram maior valor a este grupo. Neste setor o percentual distribuído ao governo aproximou-se consideravelmente ao grupo de maior distribuição.

No setor de Bens de Consumo, foram selecionadas as 5 primeiras empresas listadas na Bovespa, e constatou-se que a maior distribuição do valor agregado é ao governo. Cabe destacar neste grupo o valor máximo e mínimo, que foi de R\$ 10.554.805 e R\$ 556.292 respectivamente. Isso ocorreu pela alta tributação em virtude da baixa essencialidade do produto oferecido. Caso esta empresa fosse excluída da amostra, a distribuição do valor

agregado seria maior ao grupo de “Pessoal”. Além disso, nesse setor o grupo de “Remuneração ao Capital Próprio” apresentou em uma empresa o valor negativo.

Tabela 3 Média de distribuição do valor agregado por setor no ano de 2013 (em reais).

Setor / Descrição	Distribuição do Valor Adicionado	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios	Outros
Atacado	2.129.582	939.038	528.458	585.112	76.973	0
Autoindústria	2.487.123	1.142.817	571.022	367.094	406.189	0
Bens de Capital	2.355.567	892.023	738.692	477.797	247.053	0
Bens de Consumo	7.137.662	1.635.387	3.493.585	1.342.407	619.575	0
Eletroeletrônico	4.089.616	1.378.386	1.005.114	885.346	812.747	8.023
Energia	3.770.325	319.870	1.951.323	591.708	903.955	3.467
Farmacêutico	1.843.521	796.418	-29.838	820.219	256.722	0
Indústria da Construção	1.280.817	152.274	134.442	338.122	655.979	0
Indústria Digital	6.832.675	921.502	3.435.692	2.337.570	137.909	0
Mineração	20.239.577	3.959.374	7.764.323	8.372.052	-59.724	203.551
Papel e Celulose	1.919.056	449.896	308.757	1.274.554	-115.650	1.498
Química e Petroquímica	3.113.636	470.227	1.008.964	1.361.231	273.214	0
Serviços	1.837.920	198.467	653.473	202.519	783.435	24
Siderurgia e Metalurgia	4.604.771	2.022.450	1.180.115	1.084.656	27.254	290.295
Telecomunicações	15.588.635	1.707.060	9.020.997	3.960.766	830.379	69.432
Têxtil	1.347.650	489.991	416.637	122.498	307.868	10.654
Transporte	2.114.238	750.751	565.662	810.363	-12.538	0
Varejo	2.546.216	724.590	847.468	717.955	256.203	0

Fonte: Dados da pesquisa

No setor de Eletroeletrônico apenas uma empresa compõe a amostra. Esta empresa agregou maior valor ao “Pessoal”, seguido do valor agregado ao governo.

No setor de Energia, a amostra é composta por cinco empresas. Neste setor o valor agregado ao Governo é em média de 51,75%. Esse comportamento ocorreu em quatro das cinco empresas selecionadas, em apenas uma das empresas o valor agregado a Remuneração do Capital Próprio foi mais elevado.

A amostra, no setor Farmacêutico, foi composta por apenas uma empresa, a qual destinou maior valor para “Remuneração de Capitais de Terceiros”, representado por 44,49% do total do valor a distribuir. Esta empresa apresentou um montante de -R\$ 29.838 a distribuir para “Impostos, Taxas e Contribuições”.

No setor de Indústria de Construção foram selecionadas, conforme o critério definido, duas empresas, e verificou-se que estas distribuíram a maior parte de seu valor para “Remuneração de Capitais Próprios”. Quando feita a média entre as duas empresas, essa distribuição ficou em 51,22%. Porém, o grupo que recebeu o menor montante foi o do Governo, sendo que do total foi distribuída a quantia média de R\$ 134.442.

Por outro lado, o setor de Indústria Digital, composto por três empresas, destinou um pouco mais que a metade para “Impostos, Taxas e Contribuições”, sendo sua média de distribuição de 50,28%. Ressalta-se que neste grupo o valor máximo e mínimo distribuído foi

de R\$ 9.803.907 e R\$ 233.787 respectivamente, e, caso a empresa que possuía o maior montante a distribuir fosse retirada da amostra, a maior destinação seria para o grupo “Pessoal”. Já o grupo que recebeu a menor destinação foi o de “Remuneração de Capitais Próprios”, com uma média de 2,02%.

Essa diferença de valores também foi percebida no setor de Mineração, no qual foram selecionadas três empresas para compor a amostra. O valor máximo e mínimo a serem distribuídos foi de R\$ 54.897.985 e R\$ 1.060.176, respectivamente. Com isto, a maior distribuição foi para “Remuneração de Capitais de Terceiros”, com média de 41,36%. Caso, a empresa que apresentou o valor máximo fosse excluída da amostra, o grupo que receberia a maior destinação seria o de “Pessoal”. O setor de Mineração apresentou a maior média em reais do Valor Adicionado a Distribuir entre todos os setores analisados, sendo de R\$ 20.239.577. Este fato deve-se ao alto valor distribuído por uma empresa que compõe este setor, quando comparado com o montante de outras empresas da amostra.

No setor de Papel e Celulose foram selecionadas as cinco primeiras empresas listadas na Bovespa, e averiguou-se que a maior distribuição do valor agregado é a “Remuneração de Capitais de Terceiros”. A média desta distribuição representou mais do que a metade da distribuição total, com 66,42%. Contudo, o grupo que ficou com a menor média foi de “Remuneração de Capitais Próprios”, com -6,03%. A causa disto deve-se a três empresas que tiveram distribuição negativa, com média do montante sendo de -R\$ 115.650.

O setor de Química e Petroquímica foi composto por duas empresas, e verificou-se que o grupo “Remuneração de Capitais de Terceiros” obteve a maior parte da destinação, com 43,72%. Uma empresa deste setor agregou valores proporcionalmente mais elevados em relação as demais, cerca de 3.700% maiores. Desta forma, observou-se que seu valor total médio distribuído é de R\$ 3.113.636. Quando feita a coleta dos dados das empresas listadas neste setor, foi observado que a entidade Solvay Indupa, não apresentava sua DVA no disponibilizada no site da Bovespa, isto impossibilitou a análise de seus dados, assim, esta empresa não foi considerada na amostra.

No setor de Serviços foram selecionadas cinco empresas e averiguou-se, de acordo com a média do setor, que a maior distribuição do valor adicionado é para “Remuneração de Capitais Próprios”, onde a mesma foi de R\$ 783.435, representando 42,63% do total a distribuir. A segunda maior distribuição, em média, foi para “Impostos, Taxas e Contribuições” no montante de R\$ 653.473, 35,56% do total. Vale ressaltar que houve uma oscilação considerável no montante do valor adicionado a distribuir entre as empresas, onde a Cielo assume a primeira posição, no setor de serviços, sendo a empresa que mais destinou valor, com uma destinação total de R\$ 5.409.186 e a Multiplus, das 5 empresas analisadas, foi a que menos distribuiu (R\$ 588.669). Assim, considerando todas as empresas, a média do valor adicionado a distribuir foi de R\$ 1.837.920.

Diferentemente do setor de Serviços, o setor de Siderurgia e Metalurgia, composto por 4 empresas, apresentou a maior distribuição do seu valor adicionado, em média, para o “Pessoal”, representando 43,92% do total, seguido da distribuição para “Impostos, Taxas e Contribuições” de 25,63%. Neste setor, o valor máximo e mínimo do valor adicionado a ser distribuído foi de R\$ 11.218.606 e R\$ 1.039.886, respectivamente, apresentando uma oscilação significativa e resultando, considerando todas as 4 empresas, em uma média de R\$ 4.604.771. Porém mesmo com a diferença entre as empresas, apenas uma delas não distribuiu a maior parcela do seu valor adicionado para o “Pessoal”, e sim para “Remuneração de Capitais de Terceiros”. Neste setor, considerando a média, a menor distribuição foi para o “Remuneração de Capitais Próprios”, com uma representatividade de 0,59%. Uma das razões para essa baixa representatividade é que a empresa com maior valor adicionado a distribuir do

setor, não apresentou nenhuma destinação a Remuneração de Capitais Próprios, interferindo na média das demais.

Assim como o setor de Siderurgia e Metalurgia, o setor de Telecomunicações é composto por 4 empresas. Neste setor a maior destinação do valor adicionado foi para “Impostos, Taxas e Contribuições” no valor, em média, de R\$ 9.020.997, representando 57,87%. Neste setor houve uma unanimidade entre as empresas quanto a maior distribuição ser para este grupo.

No setor Têxtil, foi composto por 5 empresas e tem-se como média do valor adicionado a distribuir o montante de R\$ 1.347.650, onde o valor máximo e mínimo são, respectivamente R\$ 2.284.199, e R\$ 416.554. De acordo, com a média do setor, a maior distribuição do valor adicionado foi para “Pessoal” com um montante de R\$ 489.991, 36,36% do total distribuído.

Quanto ao setor de Transporte, foram analisadas 4 empresas, onde obteve-se como média do valor adicionado a distribuir o montante de R\$ 2.114.238, onde o valor mínimo é de R\$ 830.685 e o máximo de R\$ 3.428.704. Neste setor a maior destinação foi para “Remuneração de Capitais de Terceiros” com uma média de R\$ 810.363, seguido da distribuição para “Pessoal” no montante de R\$ 750.751, representando, respectivamente, 38,33% e 35,51% do valor adicionado total distribuído. O grupo que ficou com a menor média foi o “Remuneração de Capitais Próprios”, com um montante de R\$ -12.538, o que representa -0,59% do total do valor adicionado distribuído. A causa disso é que uma das empresas distribuiu R\$ -652.633, sendo este, o menor número que compões a média e o maior valor foi de R\$ 469.418.

Do mesmo modo que no setor de Transporte, no setor de Varejo, foram analisadas 4 empresas. Este setor teve a média do valor adicionado a distribuir o montante de R\$ 2.546.216, onde o valor mínimo é de R\$ 1.786.965 e o máximo de R\$ 3.803.192. A maior distribuição do valor adicionado foi para “Impostos, Taxas e Contribuições” com uma média de R\$ 847.468, seguido da distribuição para “Pessoal” no montante de R\$ 724.590, representando, respectivamente, 33,28% e 28,46% do valor adicionado total distribuído. O grupo que ficou com a menor média foi o “Remuneração de Capitais Próprios”, com um montante de R\$ 256.203, o que representa 10,06% do total do valor adicionado distribuído.

Ao analisar todos os setores em conjunto, constata-se que o setor que recebeu a maior distribuição para o grupo “Pessoal” foi a de Autoindústria, com 45,95%, para o de “Impostos, Taxas e Contribuições” foi o setor de Telecomunicações, 57,87%. O setor de Papel e Celulose distribuiu o maior montante de valor agregado para o grupo de “Remuneração de Capitais de Terceiros”, representando 66,42% da média de distribuição, por outro lado, o setor de Indústria da Construção, com média de 51,22% de distribuição, obteve o maior montante entre todos os setores para o grupo “Remuneração de Capitais Próprios. E, por fim, o setor que mais destinou para o grupo “Outros” foi o de Siderurgia e Metalurgia, com 6,30%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância da DVA como instrumento de demonstração do valor gerado pela empresa com suas próprias atividades, e a distribuição deste valor, este estudo apresentou como objetivo analisar a distribuição de riqueza gerada por empresas de diferentes setores, no exercício de 2013, avaliando como estes fizeram a distribuição aos agentes econômicos, sobretudo na distribuição para o governo. Nesse sentido, foi identificado o real retorno econômico e social para as principais partes interessadas na atividade das empresas, por meio

da verificação da média de distribuição percentual do valor agregado por setor, e a média de distribuição do valor agregado por setor.

Com base nas DVAs das 5 primeiras empresas listadas na BM&FBOVESPA da revista Exame, Maiores e Melhores por setor de julho de 2014, pelo critério “Classificação das empresas por pontos obtidos”, verificou-se que o grupo que mais obteve destinação foi o de “Impostos, Taxas e Contribuições”. Contudo os grupos “Pessoal” e “Remuneração de Capitais Próprios”, apresentaram suas médias de distribuição variando apenas 4 e 3 pontos percentuais, respectivamente, quando comparado com o grupo do governo. Isto, contraria a pesquisa de Cunha, Ribeiro e Santos (2005), devido ao fato de tais autores afirmarem que o governo sempre fica com a parte considerável da riqueza gerada.

Em relação a este aspecto, vale corroborar que caso fosse desconsiderado na amostra o setor Farmacêutico que apresenta um valor negativo na distribuição ao governo, essa diferença em pontos percentuais aumentaria em relação a “Pessoal” e “Remuneração do Capital Próprio”, para 7 e 6 pontos percentuais respectivamente.

Por meio da análise dos dados obtidos, observa-se o setor que mais gerou riqueza no exercício de 2013 foi o setor de Mineração e o setor que menos gerou foi o setor de indústria da construção, sendo que os dois setores apresentam uma diferença significativa entre os valores gerados de riqueza de aproximadamente 19 milhões.

Quanto à distribuição da riqueza, percebeu-se que no grupo “Pessoal”, em termos percentuais, o setor que menos distribuiu foi o setor de Energia e o que mais distribuiu foi o setor de Autoindústria. Já no grupo “Impostos, Taxas e Contribuições” o setor que menos distribuiu foi o Farmacêutico e o que mais distribuiu foi o de Telecomunicações. Quando se trata da “Remuneração de Capitais Próprios” os setores que menos e mais distribuíram, em termos percentuais, foram, respectivamente, os setores: de Papel e Celulose e Indústria da Construção. E no grupo de “Remuneração a Terceiros” foram: Têxtil e Papel e Celulose, respectivamente.

Assim, entre os setores analisados os que mais agregam valor ao Governo são os setores de Telecomunicações, Energia e a Indústria Digital respectivamente e os que menos agregaram foram os setores: Farmacêutico e o de Indústria da Construção.

Sugere-se para futuros trabalhos que a amostra de empresas seja ampliada e a análise da evolução da distribuição do valor adicionado ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

BM&FBOVESPA: *A Nova Bolsa*. Recuperado em 25 outubro, 2014 de <<http://www.bmfbovespa.com.br>>

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado*. Recuperado em 01 novembro, 2014 de <<http://www.cpc.org.br>>

Cortez, R. C., Bellen, H. M. V., & Zaro, E. S. (2014) Ferramentas de Responsabilidade Social: uma análise comparativa a partir das dimensões e modelos de RSC. Anais do XXXVIII ENCONTRO da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cosenza, J. P. (2003). A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Contabilidade e Finanças USP*, Ano XIV, Edição Especial, 7-29.

Cosenza, J. P., & Vieira, S.M. (2013). Utilidade da Demonstração do Valor Adicionado na Evidenciação do Valor Econômico das Empresas. *Recont: Registro Contábil*, 4(1), p. 127-140.

- Cunha, J. V. A., Ribeiro, & M. S., Santos, A. (2005) A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza. *Contabilidade & Finanças*, 37 (16), 7-23.
- Elkington, J. (2006). Governance for Sustainability. *Corporate Governance*, 14(6), 522–529.
- Exame: melhores e maiores. (2014). São Paulo: Abril.
- Iudícibus, S., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. (2010). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. São Paulo: Atlas.
- Gasparino, M. F., & Ribeiro, M. S. (2007). Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com ênfase na GRI: Comparação entre empresas e o Setor de Papel e Celulose dos EUA e Brasil. *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1(1), 102–115.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Global Reporting Initiative (GRI): *Diretrizes para relatórios de sustentabilidade (2002) - Versão brasileira*. Recuperado em 01 novembro, 2014 de <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/gri_final.pdf>
- Konraht, J. M., Schafer, J. D., & Ferreira, L. F. (2014). A tendência do custo tributário e o valor adicionado nas empresas de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Custos, Natal, RN, Brasil.
- Kraemer, M. E. P. (2001). Contabilidade Ambiental como Sistema de Informações. *Contabilidade Vista & Revista*, 12(3), 71-92.
- Lenrey, M., Dey, C. J., & Murray, S. A. (2004). Historical accountability and cumulative impacts: the treatment of time in corporate sustainability reporting. *Ecological Economics*, 51, 237–250.
- Longo, J. K. F. (2011). *As alterações contábeis na Lei das Sociedades Anônimas em razão da Lei 11.638/07*. 2011. Dissertação de Mestrado, Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Martins, G. A., Theóphilo, C. R. (2009) *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2009. (2a ed.) São Paulo: Atlas.
- Tinoco, J. E. P., Moraes, P. B., Peleiras, I. R., Claro, J. A. C. S., & João, B. N. (2011). Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) – período de 2005 A 2007. *Rev. Ciênc. Admin*, 17(1), 84-111.
- Zaro, E. S., Beskow, E., Ferreira, D. M., & Bellen, H. M. V. (2014). Relatórios Integrados: Evolução da Evidenciação do desempenho das Organizações. Anais do XVI ENGEMA, São Paulo, SP, Brasil.